

FRETE SEM TABELA

Especialistas criticam tabelamento do frete em Seminário em Brasília

Medida inconstitucional, do ponto de vista jurídico, impacta economia do país e representa retrocesso político e institucional

Brasília, 22 de agosto de 2018 – A cinco dias da audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do tabelamento do preço do frete, especialistas criticaram a medida, durante o **Seminário Frete sem Tabela - Brasil com Futuro, realizado com o apoio de oito entidades da indústria e do agronegócio** na manhã desta quarta (22) no auditório do Edifício Armando Monteiro Neto, em Brasília. Com público de cerca de 200 participantes presencialmente, o evento, que contou com a CNI como anfitriã e teve transmissão ao vivo pela internet, abordou o assunto sob três focos: o econômico, o jurídico e o político.

O diretor da Inter.B Consultoria, Cláudio Frischtak, destacou que a crise vivida pelos caminhoneiros não está relacionada ao preço do frete, e, sim, ao baixo volume de investimentos em infraestrutura no país, que participou do primeiro painel, o econômico, mediado por Geraldo Samor, editor do Brazil Journal. Segundo ele, há um hiato anual de recursos que deveriam ter sido aplicados em infraestrutura da ordem de 2% do PIB.

Segundo ele, essa crise se reflete em todos os modais. O economista lembrou que o país sofre com restrição fiscal e que não há outro caminho senão incentivar a iniciativa privada a investir, algo impensável em um cenário de restrição jurídica. "Tabelamento é um novo tributo que encarece os preços", resumiu.

Companheiro de Frischtak nesse painel, **Pedro Scazufca, sócio da GO associados, declarou que "o tabelamento, para a sociedade, tem os mesmos efeitos de um cartel"**. Segundo ele, a decisão governamental é ainda mais complexa por tratar-se de um mercado altamente competitivo. "O tabelamento é um desestímulo à economia e um retrocesso para o país", criticou.

Na segunda mesa do Seminário, com o foco jurídico, **a ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça e ex-corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon**, afirmou que ainda há outros fatores a considerar, como o aparelhamento das agências reguladoras. "Elas estão, atualmente, coloridas pelas matizes partidárias. Não têm nenhuma capacidade técnica para tomar decisões", criticou Calmon, em referência à participação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na definição do preço do frete.

No painel mediado por Laura Diniz, fundadora do site JOTA, Calmon não poupou a Constituição Federal de 1988, que é extremamente paternalista, nem tampouco **o Poder Judiciário** que, segundo ela, deixou de “analisar as questões do ponto de vista constitucional e **passou, neste momento, a funcionar como uma instituição destinada a dirimir conflitos da sociedade**”.

Especialista em setores regulatórios, **o advogado Beto Vasconcelos**, que ocupou postos na máquina pública federal durante os governos Lula e Dilma, afirmou que não havia razões para atuação incisiva do Estado no setor porque “não havia notícias de abuso nem falhas que justificassem uma intervenção”, explicou.

Beto **não tem dúvidas em afirmar que o tabelamento do frete é inconstitucional**. Além de ser extremamente difícil de ser implementada. “Temos um mercado amplo, competitivo e um país com dimensões continentais. Não existe como delimitar um mecanismo único de formação de preços”, acrescentou.

O último painel abordou a questão política. **O deputado Evandro Gussi (PV-SP)** foi um dos poucos a votar contra a medida provisória em um Congresso amplamente favorável à decisão. “Mercados formam preços e, em alguns casos, o Estado também forma. Mas o Estado pode atuar como regulador, para corrigir eventuais distorções do mercado. Mas não para substituí-lo”, declarou o parlamentar. **Ele defendeu que a lei seja revogada. “Foi uma irracionalidade jurídica, política e econômica”**, enumerou.

Na mesa com mediação do jornalista Fernando Rodrigues, diretor do Poder360, **o professor do Insper Fernando Schüler traçou análise de um cenário complexo**: “Vivemos uma democracia digital, instável, de baixo consenso e um momento de extrema dificuldade para definir rumos”. Schüler afirmou que o país precisa aprofundar a discussão de que valores pretende defender como nação.

Apoiaram o Seminário Frete sem Tabela a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), a APROSOJA Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), a CitrusBR (Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos), a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e a ABIA (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação).

Mais informações - www.fretesemtabela.org

FSB Comunicação, (11) 3165-9596, com Gitânio Fortes, Ricardo Meireles e Nathalia Encina contato@fretesemtabela.org

Fotografias do Seminário no Flickr da CNI

<https://www.flickr.com/photos/cniweb/>